

2.º Vogal suplente: Teresa Margarida Marques de Carvalho, Técnico Superior.

32 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação.

33 — Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente aviso, o procedimento concursal rege-se pelas disposições constantes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da “Portaria”.

2 de outubro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., *Nuno Lacasta*.

208993604

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

Despacho n.º 11442/2015

1 — Nos termos do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código de Procedimento Administrativo, ao abrigo do disposto nos números 2 e 4 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação e no das competências que me foram delegadas pelo Secretário de Estado do Mar, através do Despacho n.º 9787/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 167, de 27 de agosto de 2015, subdelego, com poderes de subdelegação, na Subdiretora-Geral, Engenheira Ana Rita Marques Berenguer, a competência para:

a) Autorizar a construção, aquisição e modificação de embarcações de pesca a registar ou registadas em portos nacionais, bem como estabelecer condições e prazos para a autorização, nos termos do artigo 70.º do Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de junho, na sua atual redação;

b) Autorizar o afretamento de embarcações de pesca estrangeiras e nacionais, nos termos do artigo 72.º do Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de junho, na sua atual redação.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, considerando-se ratificados, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os atos entretanto praticados, desde 31 de agosto de 2015, que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

2 de outubro de 2015. — O Diretor-Geral, *Miguel Sequeira*.

208994082

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Despacho (extrato) n.º 11443/2015

Por despacho do Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde de Dão Lafões, de 17 de setembro de 2015, no uso de competência delegada — ponto 1.13 da Deliberação do conselho diretivo da ARS Centro, I. P. n.º 1661/2014, de 29 de agosto, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi autorizada a acumulação de funções privadas, na Clínica Beirodial, L.ª, Centro de Hemodiálise de Mangualde, em Mangualde, ao Enfermeiro Mário João Ferreira dos Santos, a exercer funções, na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Carregal do Sal, do ACES Dão Lafões, do mapa de pessoal daquele Agrupamento de Centros de Saúde.

30 de setembro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., *José Manuel Azenha Tereso*.

208992081

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 11653/2015

Em cumprimento do disposto no art.º 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal

aberto por aviso n.º 7329, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 118, de 23 de junho de 2014, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2014, com a trabalhadora Carla Joana Rosa Caldeirinha, para o preenchimento de um posto de trabalho para a categoria de assistente, da área da medicina geral e familiar da carreira especial médica do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES VII Loures-Odivelas, ficando a auferir a remuneração base de € 2.746,24 (dois mil, setecentos e quarenta e seis euros e vinte e quatro cêntimos).

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente — Dr.ª Maria Helena Oliveira Morgado Canada, Presidente do Conselho Clínico e da Saúde da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Loures Odivelas.

1.ª Vogal efetiva — Dra. Rosa Joaquina Duarte Ferreira, assistente de MGF da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Loures Odivelas, que substituirá a presidente nas suas faltas ou impedimentos.

2.ª Vogal efetiva — Dra. Isabel Maria Leite Castro Gonçalves, assistente graduada de MGF da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Loures Odivelas.

1.ª Vogal suplente — Dra. Isabel Maria Quaresma Santos Oliveira Martins, assistente graduada de MGF da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Loures Odivelas.

2.ª Vogal suplente — Dr. António Manuel Gravato Sousa, assistente graduado de MGF da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Loures Odivelas.

O período experimental inicia-se com a celebração do referido contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente duração determinada pelo disposto no artigo 24.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto e de acordo com o n.º 5 da cláusula 20.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 2/2009.

15 de maio de 2015. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Nuno Ribeiro de Matos Venade*.

208993994

Contrato (extrato) n.º 707/2015

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que em 20 de janeiro de 2014 na sequência de procedimento concursal aberto pelo aviso (extrato) n.º 10878/2013 publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 169 de 03 de setembro de 2013, ao abrigo do Despacho n.º 10231-A/2013 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 148, de 02 de agosto, retificado pela Declaração de retificação n.º 864-A/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 151, de 07 de agosto, e aditado pelo Despacho n.º 10774-W/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 20 de agosto, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., representado por Pedro Emanuel Alexandre Ventura Alexandre, na qualidade de Vogal do Conselho Diretivo, e Nuno Santos Rodrigues, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 01 de janeiro de 2014, ficando este trabalhador com a remuneração de 2746,24€, em regime de 40 horas semanais, integrado na categoria de assistente da carreira especial médica, área de saúde pública, e colocado no ACES Oeste Sul.

14 de maio de 2015. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Nuno Ribeiro de Matos Venade*.

208994066

Contrato (extrato) n.º 708/2015

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que em 29 de setembro 2014 na sequência de procedimento concursal aberto pelo aviso (extrato) n.º 7329/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 118 de 23 de junho de 2014, entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., representada por Célia Maria Ferreira Tavares Cravo na qualidade de Vogal do Conselho Diretivo, e Iwona Tomczak Silva, foi celebrado um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 01 de outubro de 2014, ficando esta trabalhadora com a remuneração de 2.746,24 €, em regime de 40 horas semanais, integrada na categoria de assistente da carreira especial médica, área de medicina geral e familiar, e colocada no ACES de Lisboa Norte.

15 de maio de 2015. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Nuno Ribeiro de Matos Venade*.

208994074